

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AS AÇÕES AFIRMATIVAS: UM LIMIAR PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XXI.

Vandeilton Trindade Santana

Universidade do Estado da Bahia

wander.sam@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo maior deste estudo é ampliar reflexões acerca de alguns enfoques deixados de lado pela realidade social. As Políticas de Ações Afirmativas bem como as relações étnico-raciais emergem na perspectiva de uma reparação social. Neste sentido, podemos entendê-las como um subsídio necessário no combate às desigualdades e principalmente como um elo de igualdade perante a população brasileira que vive em situação de vulnerabilidade social.

É nesta dimensão que surge essas políticas, no sentido de reparar lacunas deixadas pelo próprio processo civilizatório, na qual até os dias de hoje ainda perduram o desmantelamento de uma sociedade marcada pelo capitalismo. É salutar, que as Políticas Públicas de Ações Afirmativas, no Brasil começam a surgir em meados da década de 90, com a função de reduzir e/ou combater as desigualdades sociais explícita na sociedade brasileira.

As relações étnico-raciais são consolidadas a partir da criação das leis 10.639/03 e 11.645/08, com a intenção de construir diálogos mais sólidos entre poder público e a sociedade civil. Embora sabendo que a luta do movimento negro, indígenas, tem sido constante em prol da igualdade de direitos, mas ainda efetivamente, há contradições que emperram algumas ações que promovam plenamente a efetivação destas leis.

Embora sabendo de alguns avanços relevantes, ainda as mesmas continuam num debate midiático, direcionando-as numa corrente de contra e a favor. Porém, não se trata disso. Vejo que é uma medida/ações que pressupõem uma reparação

histórica de desigualdade e desvantagem acumuladas e vivenciadas por um grupo racial ou étnico.

METODOLOGIA

O recurso metodológico desenvolvido foi a pesquisa bibliográfica. Primeiramente este estudo partiu de um componente curricular do programa de pós-graduação em educação e contemporaneidade, coadunando com o Projeto de Pesquisa que trabalho para a construção da dissertação de mestrado. Neste sentido, houve a seleção de uma bibliografia indicada e já estudada acerca das temáticas aqui abordadas.

Também este trabalho tem um cunho qualitativo por entender que se trata de um percurso de exploração de um agregado de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretendo investigar. É um meio de interpretar as diversas opiniões dentro de um mesmo segmento social. Neste sentido a análise qualitativa deve dar conta dessa gama de diferenciação de opiniões, interpretações internas nos grupos.

É salutar frisar a importância de se fazer uma análise de cunho qualitativo através da pesquisa bibliográfica, por que é através desta que traçamos as reflexões à luz de outros olhares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O século XXI traz em seu bojo a primazia de uma sociedade manchada pelo capitalismo liberal, onde o sistema econômico aquece as relações de poder dentro do seio social. De acordo a Hobsbawm,

[...] durante algumas décadas, em meados do século, chegou a parecer que se haviam descoberto maneiras de distribuir pelo menos parte dessa enorme riqueza com um certo grau de justiça entre os trabalhadores dos países mais ricos, mas no fim do século a desigualdade voltava a prevalecer [...]. (1995, p.21).

Podemos perceber que a luta acirrada pela igualdade, é histórica. Acredito que não há uma fórmula para combater a desigualdade. É avassalador os estigmas deixados pelo século XXI. As implicações que as Ações Afirmativas, bem como as

relações étnico-raciais trazem, deixam sobremaneira uma parte da sociedade contrária.

O índice de acesso do negro no ensino superior, por exemplo, tem sido uma conquista inigualável destas políticas. A inclusão da disciplina cultura afro-brasileira e indígena na estrutura curricular da educação básica nos remete a pensar, que já são passos importantes para a inserção do negro e do índio no ensino superior. Comungo da ideia de Hobsbawm (1995), onde ele diz que a desintegração de velhos modelos de relacionamento social humano e a rompimento de elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente, tem sido perturbador.

É evidente que sim. Essa quebra de paradigma é provocador. As elites nunca quiseram igualdades entre classes. Imersos numa sociedade construída pelo sistema capitalista, é uma contumácia nossa alargar as discussões acerca de ações que de certo modo, afrontam a classe mais abastadas da sociedade brasileira.

Ora, ter o povo que outrora foi/é discriminado desde a sua história até os dias atuais, fazendo parte do ensino superior, onde por muito tempo foram atropelados, excluindo-os do processo de construção de uma sociedade igualitária, democrática e principalmente privando-os de direitos eminentemente próprios do ser humano.

Vivemos numa era de incertezas. Berman (1986), nos lembram que o turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por inúmeras fontes, que por sinal, tem acarretado em total descontrole da desigualdade social. As Políticas de Ações Afirmativas é um debate que vai além das cotas. Em sua essência, procura promover a igualdade, assim como introduzir mudanças de ordem cultural e de convivência entre os que estão em vulnerabilidade social.

Assim como as relações étnico-raciais vai além dos debates e das implantações de leis. É questão de respeito, valores, direito à vida, à dignidade humana. Se historicamente, esses fatores não foram vistos, lembrados, é certo adotar medidas que obrigam a sociedade respeitar e fazer valer os direitos que lhes são inatos.

Para isso, é necessário desfazer as estruturas de desigualdades impostas e construídas pelo seio social. A modernidade em sua essência traz os estigmas selvagens de uma sociedade experimentada ora pelos sabores, ora pelos

dissabores de Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que luta com obstinação para expandir seu poder.

Quando trago aqui a questão da desigualdade, reporto-me ao próprio entendimento que as Políticas de Ações Afirmativas e as relações étnico-raciais trazem e acrescento que esta desigualdade é resultado de processos sociais, culturais, econômicos e políticos.

E ai, podemos perceber certa ambivalência na construção destas políticas. “Os seres humanos são moralmente ambivalentes”, Bauman (1997, p. 16). Nesta conjuntura, há aqueles que são contrários, por se tratar de uma política que busca a igualdade, a valorização, a dignidade humana e principalmente a reparação de fatos historicamente construídos, sabendo que foi durante o próprio processo civilizatório, que foram aparecendo as desigualdades e que se arrastam até os dias atuais de forma mais acentuada.

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, podemos afirmar que a questão da desigualdade no Brasil faz parte da sua formação histórica. Nas relações sociais, fica nítida a divisão social em classes, característica pontual do capitalismo. E nessa assimetria, vão aparecendo o racismo, o preconceito, e a discriminação. Em consequência disso, nasce a miséria, pobreza, as exclusões, etc.

Foi visto neste estudo que esse debate sofreu demasiadamente o peso da mídia que dimensionou o espaço para os intelectuais críticos contrários às Ações Afirmativas no Brasil e as relações étnico-raciais, não se equalizando o debate. Em vista disso, a população se viu conduzida a uma posição também contrária, ainda que essas ações pudessem vir a contemplar as minorias desfavorecidas.

Com este intuito, as Políticas de Ações Afirmativas, tem o propósito de construir no seio social o direito a liberdade, igualdade, dignidade, que outrora foram negados. A intenção das Ações Afirmativas, bem como das relações étnico-raciais é concebida como uma ação primordial no que diz respeito à promoção da igualdade, compreendendo que elas devem introduzir mudanças de cunho cultural, garantindo-lhes as condições necessárias, sejam elas materiais e/ou simbólicas, para que as

dificuldades sejam superadas, com o intuito de promover as condições para a construção da igualdade.

Neste sentido, é salutar fortalecer essas políticas como forma de institucionalizar as ações desenvolvidas na perspectiva de expandir as políticas de ações afirmativas, assim como as ações oriundas dos debates, estudos e reflexões feitas das relações étnico-raciais dentro do contexto social, cabendo a cada instituição zelar pelo cumprimento destas políticas como forma de contribuição para a emancipação do sujeito, embora sabendo que não é somente isso que faz o sujeito emancipar-se. É preciso, portanto, fortalecer as lutas de classes, no sentido de dissipar a crise de ser para o outro.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**; tradução João Rezende Costa. – São Paulo: Paulus, 1997.

BERMAN, Marshall. Modernidade ontem, hoje e amanhã. In_____.(Org.). **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**; tradução Carlos Felipe Moisés, Ana María L. Ioriatti. – São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 6-7.

HOBBSBAWM, Eric J. O século: Vista aérea. In_____.(Org.). **Era dos Extremos: o breve século XX**; tradução Marcos Santarrita. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Cidinha da. **Ações Afirmativas em educação: experiências brasileiras** (org.). São Paulo: Summus, 2003.

